

Márcio Berto Alexandrino de Oliveira  
Allan Dias Toledo Malta  
Layon Nicolás Dias Pereira

# A Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa

De acordo com a Lei nº 13.964/2019,  
“Lei Anticrime”

**4ª Edição**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright © 2021 by Márcio Berto Alexandrino de Oliveira  
Allan Dias Toledo Malta  
Layon Nicolás Dias Pereira

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

OL48d

Oliveira, Márcio Berto Alexandrino de

A defesa do agente público na ação de improbidade administrativa /  
Márcio Berto Alexandrino de Oliveira, Allan Dias Toledo Malta, Layon  
Nícolas Dias Pereira. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2021.

320 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 275-284.

ISBN 978-65-5510-454-7

1. Improbidade administrativa. 2. Agente público. 3. Princípio da  
responsabilidade subjetiva. 4. Devido processo legal. 5. Estado democráti-  
co de direito. I. Malta, Allan Dias Toledo. II. Pereira, Layon Nicolás Dias.  
III. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Prefácio .....	XXV
Apresentação.....	XXIX
<b>1. Notas Iniciais sobre a Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>1</b>
<b>2 O Processo no Paradigma do Estado Democrático de Direito .....</b>	<b>5</b>
2.1 Procedimento e Processo.....	12
2.2 As nulidades no processo .....	17
<b>3. A Responsabilização Subjetiva e Objetiva .....</b>	<b>21</b>
<b>4. Princípios Basilares da Administração Pública .....</b>	<b>25</b>
4.1 Princípio da Legalidade .....	26
4.2 Princípio da Impessoalidade .....	28
4.3 Princípio da Moralidade .....	30
4.4 Princípio da Probidade .....	32
4.5 Princípio da Publicidade.....	33
4.6 Princípio da Eficiência.....	35
4.7 Princípio da Supremacia do Interesse Público .....	37
4.8 Princípio da Autotutela .....	38
4.9 Princípio da Indisponibilidade .....	40
4.10 Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	41
4.11 Princípio da Segurança Jurídica.....	42
4.12 Princípio da Proporcionalidade.....	44
4.13 Princípio da Precaução .....	46
4.14 Princípio da Motivação.....	48
4.15 Princípio do Devido Processo Legal .....	49
<b>5. A Definição de Agente Público .....</b>	<b>53</b>
<b>6. Ato Administrativo e Mérito Administrativo .....</b>	<b>57</b>

<b>7. A Convalidação dos Atos Administrativos</b>	
<b>Eivados de Mera Irregularidade .....</b>	<b>61</b>
<b>8. O Controle do Mérito do Ato Administrativo pelo Poder Judiciário..</b>	<b>63</b>
8.1 O controle do mérito administrativo no	
julgamento político pelo Judiciário .....	70
<b>9. Noções Preliminares Sobre A Improbidade Administrativa .....</b>	<b>75</b>
<b>10. Os Tipos de Ato de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>81</b>
<b>11. A Individualização da Conduta e a Justa Causa na Ação</b>	
<b>de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>87</b>
<b>12. A Importância da Notificação e da Manifestação por</b>	
<b>Escrito/Defesa Prévia e a Banalização destes Institutos .....</b>	<b>95</b>
<b>13. O Dever de Fundamentação da Decisão que Recebe a Petição</b>	
<b>Inicial na Ação de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>101</b>
<b>14. A Inadmissibilidade da Responsabilização Objetiva do Agente</b>	
<b>Público na Ação de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>105</b>
14.1 A responsabilização do advogado parecerista por Ato	
de Improbidade Administrativa .....	114
14.2 A legalidade como diretriz dos atos da Administração	
Pública – Necessidade de Lei autorizativa para fixar jornada	
de trabalho diversa da norma que regulamenta a atividade profissional ....	125
14.3 A Impossibilidade de decretação da indisponibilidade de bens	
sem a devida instrução processual.....	128
14.3.1 A impossibilidade jurídica de a indisponibilidade de bens	
recair sobre a eventual aplicação da multa civil .....	135
14.3.2 A indisponibilidade de bens deve recair	
de forma dividida entre os réus .....	137
14.4 Imputação de Ato de Improbidade	
Administrativa terceiro não agente público .....	139
14.5 Da ausência de improbidade administrativa	
quando o ato é amparado em lei específica .....	141
14.5.1 A impossibilidade de declaração incidental de	
inconstitucionalidade na Ação de Improbidade Administrativa .....	145

14.6 A impossibilidade de ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa cumulada com pedido de dano moral coletivo.....	147
14.7 A impossibilidade de condenação do gestor por ter executado o convênio nos exatos termos das cláusulas ajustadas – “venire contra factum proprium” .....	152
14.8 A indisponibilidade de bens não deve recair sobre a meação do cônjuge e bem de família .....	156
14.9 A suspensão dos direitos políticos como penalidade em razão da prática do ato de improbidade .....	159
14.10 A necessidade de nomeação de defensor ao acusado que não constituir advogado na ação de improbidade administrativa .....	164
14.10.1 Da não aplicação da revelia na ação de Improbidade Administrativa .....	165
14.11 A competência do juízo para julgar a Ação de Improbidade Administrativa .....	166
14.12 A razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das penalidades e na indisponibilidade de bens.....	168
14.13 A ausência de ato de improbidade na contratação de parente de servidor ou dirigente de órgão na licitação .....	173
14.13.1 A uniformidade das cláusulas nas modalidades tomada de preços, leilão, concorrência e pregão .....	178
14.14 Ausência de ato de improbidade quando a prorrogação do contrato ultrapassa o limite da modalidade que antecedeu o contrato original.....	181
14.15 A responsabilização por ato de improbidade administrativa com o advento da Lei Ordinária Nacional nº. 13.655/2018, que alterou o Decreto-Lei nº. 4.647/1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	194
14.16 A aplicação do Princípio da Insignificância na Ação de Improbidade Administrativa .....	197
14.17 A inconstitucionalidade do regulamento que dispõe sobre a adesão à ata de registro de preços .....	201
14.18 A derrotabilidade da norma e a ponderações de interesses em tempos de Pandemia.....	209
14.18.1 O princípio da derrotabilidade da norma e a Administração Pública .....	210

14.18.2 A aplicação da técnica de ponderação de interesses na administração pública .....	217
<b>15. A Colaboração Premiada na Ação de Improbidade Administrativa</b>	<b>223</b>
15.1 A utilização das informações da colaboração premiada na Ação de Improbidade Administrativa .....	228
15.2 A Interceptação telefônica como prova emprestada na Ação de Improbidade e na colaboração premiada .....	232
<b>16. A Banalização da Utilização da Ação de Improbidade para Retirada do Nome dos Entes dos Cadastros de Inadimplentes</b> .....	<b>235</b>
<b>17. A Garantia do Contraditório Substancial na Ação de Improbidade Administrativa e o Dever de Fundamentação</b> .....	<b>239</b>
<b>18. A Prescrição da Punibilidade dos Atos de Improbidade Administrativa</b> .....	<b>247</b>
18.1 Prescrição quanto a situações funcionais transitórias .....	250
18.2 Prescrição quanto a situações funcionais permanentes .....	253
18.3 Prescrição quanto ao terceiro .....	257
18.4 A prescrição intercorrente na ação de Improbidade Administrativa.....	259
<b>19. A Possibilidade de Condenação do Estado ao Pagamento dos Honorários Advocatícios em Caso de Sucumbência do Ministério Público</b> .....	<b>267</b>
<b>20. Considerações Finais</b> .....	<b>271</b>
<b>21. Referências Bibliográficas</b> .....	<b>275</b>
<b>Obras do Coautor Márcio Berto Alexandrino de Oliveira</b> .....	<b>285</b>